JNT FACIT BUSINESS AND TECHNOLOGY JOURNAL
ISSN: 2526-4281 - ANO 2026 - MÊS DE OUTUBRO
Ed. 78. Vol. 1 - Págs. 210-228
DOI: 10.5281/zenodo.23348596



CAPES

CNPq
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

QUALIS A2



A BIBLIOTECA ESCOLAR COMO ESPAÇO DE LETRAMENTO LITERÁRIO E O PROJETO DE EXTENSÃO LEITURAÇÃO[1]

THE SCHOOL LIBRARY AS A SPACE FOR LITERACY AND THE "LEITURAÇÃO" OUTREACH PROJECT

Gabriele Dias da SILVA[2]
Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS)
E-mail: gabrieledhisi@gmail.com
ORCID: http://orcid.org/0009-0004-2299-7814

Deivanira Vasconcelos SOARES[3]
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL)
E-mail: dv.vasconcelosrosa@gmail.com
ORCID: http://orcid.org/0000-0001-9333-3549

RESUMO

RESUMO: Este estudo analisa o papel da biblioteca escolar na garantia do letramento literário e na democratização do direito à literatura na educação pública. O **objetivo geral** consistiu em refletir sobre a importância desse espaço na formação crítica e social dos estudantes, investigando seus desafios estruturais e examinando os desdobramentos práticos do projeto de extensão universitária LeiturAção, desenvolvido entre 2024 e 2025. A **metodologia** caracterizou-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica e de campo, com enfoque em pesquisa-ação, realizada por uma equipe vinculada ao PIBIEX/Unitins em uma escola estadual de Ensino Fundamental II no município de Araguatins-TO. Os **resultados** apontam um cumprimento parcial dos objetivos: do ponto de vista estrutural, obteve-se sucesso na reorganização do layout físico e na catalogação interna e externa de 4.614 livros, categorizados por meio de um sistema visual de identificação por cores. Contudo, do ponto de vista pedagógico, as oficinas de leitura planejadas não foram executadas devido à falta de apoio institucional, atraso na liberação de insumos e entraves crônicos, como a ausência de um profissional fixo na biblioteca e o acúmulo

[1] COMO CITAR: (ABNT): SILVA, G. D.; SOARES, D. V. A Biblioteca Escolar como Espaço de Letramento Literário e o Projeto de Extensão Leituração. **JNT Facit Business and Technology Journal.** Qualis A2. ISSN: 2526-4281, Mês de Outubro de 2026 - Ed. 78. VOL. 01. Págs. 210-228. Disponível: http://revistas.faculdadefacit.edu.br. Acesso em: ___/___/___.
[2] Graduanda em Letras – Português e Espanhol pela Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS). Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/1408903815053283. ORCID: https://orcid.org/0009-0004-2299-7814. E-mail: gabrieledhisi@gmail.com.
[3] Doutora em Letras – Estudos Literários pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e professora da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL). Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/4060041874116947. ORCID: https://orcid.org/0000-0001-9333-3549. E-mail: dv.vasconcelosrosa@gmail.com.

de materiais didáticos obsoletos. **Conclui-se** que, embora a reestruturação física tenha ressignificado o ambiente, superando a condição de "depósito de livros", a efetivação da biblioteca como laboratório de aprendizagem depende impreterivelmente de uma mudança de mentalidade das equipes gestoras e docentes, além do aporte contínuo de políticas públicas que integrem o espaço organicamente ao cotidiano pedagógico escolar.

Palavras-chave: Biblioteca Escolar. Letramento Literário. Pesquisa-Ação. Políticas Públicas.

ABSTRACT

ABSTRACT: This study analyzes the role of the school library in ensuring literary literacy and democratizing access to literature in public education. The overall objective was to reflect on the importance of this space in students' critical and social development, investigating its structural challenges and examining the practical outcomes of the LeiturAção university extension project, carried out between 2024 and 2025. The methodology was characterized as a qualitative study, combining bibliographic and field research with a focus on action research, conducted by a team affiliated with PIBIEX/Unitins at a state middle school in the municipality of Araguatins, Tocantins. The results indicate partial achievement of the objectives: from a structural standpoint, the project succeeded in reorganizing the physical layout and in cataloging 4,614 books—both internally and externally—categorized using a visual color-coding system. However, from a pedagogical standpoint, the planned reading workshops were not carried out due to a lack of institutional support, delays in the delivery of supplies, and chronic obstacles, such as the absence of a permanent librarian and the accumulation of obsolete teaching materials. It can be concluded that, although the physical restructuring has given new meaning to the environment, moving beyond its status as a mere "book storage facility," the library's transformation into a learning laboratory depends absolutely on a change in mindset among administrative and teaching staff, as well as on the ongoing support of public policies that organically integrate the space into the school's daily educational routine.

Keywords: School Library. Literary Literacy. Action Research. Public Policies.

INTRODUÇÃO

Este projeto de pesquisa se justifica por reconhecer a biblioteca escolar como um espaço ativo e essencial na formação leitora dos estudantes. Em um cenário em que ainda são escassos os estudos que destacam sua função no processo de letramento literário, torna-se necessário refletir sobre sua importância na promoção do acesso ao livro e à leitura. Ao compreendê-la como garantia de um direito fundamental, aproximamo-nos da perspectiva de Candido (2011) em *O Direito à Literatura*, que defende a literatura como elemento indispensável à formação de sujeitos críticos e socialmente conscientes.

No entanto, é preocupante observar que, em muitas escolas, esse ambiente ainda é subutilizado, reduzido a um simples depósito de livros como argumenta Campello (2025). Existe, portanto, a necessidade de repensar esse cenário, investigando de que forma a organização desse aparato e as práticas de mediação podem torná-lo um espaço vivo de aprendizagem, capaz de aproximar os estudantes do universo da construção crítica do saber.

A escolha do tema decorreu da vivência adquirida no Programa Institucional de Bolsas de Extensão (PIBIEX), por meio do projeto "LeiturAção: extensão de letramento literário da base de Bibliotecas Escolares à oficinas de literatura". Desenvolvido no período de 2024/02 a 2025/01, o projeto teve como objetivo incentivar a leitura literária a partir de ações voltadas à organização espacial, à mediação da leitura e à realização de oficinas com foco na literatura infantojuvenil.

O objetivo geral deste estudo é refletir acerca do papel da biblioteca escolar na garantia do letramento literário e na formação crítica e social dos estudantes em escolas públicas. Para alcançar esse propósito, busca-se analisar a biblioteca enquanto espaço pedagógico, evidenciando sua relevância na promoção do letramento literário, bem como identificar os desafios estruturais, organizacionais e pedagógicos enfrentados por esses ambientes em instituições públicas. Além disso, propõe-se examinar os desdobramentos do projeto de extensão LeiturAção, refletindo sobre suas contribuições práticas no ambiente escolar. Assim, este trabalho desenvolve um aprofundamento nos aspectos teóricos e acadêmicos, ampliando a compreensão sobre a biblioteca como espaço indispensável de formação de sujeitos leitores.

LETRAMENTO E LETRAMENTO LITERÁRIO: CONCEITOS E ESPECIFICIDADES NO CONTEXTO ESCOLAR

Para compreender o papel da biblioteca na formação dos estudantes, faz-se necessário, inicialmente, delimitar os conceitos de letramento e letramento literário. A leitura e a escrita estão presentes em praticamente todas as interações sociais, desde atividades simples, como realizar uma compra, até situações mais complexas, como a assinatura de documentos. Em uma sociedade grafocêntrica, em que a escrita ocupa lugar central, a ausência dessas competências gera obstáculos significativos para a participação plena na vida cotidiana.

Para compreender esse fenômeno, foi criado o termo *letramento*, que busca definir as práticas sociais ligadas ao uso da leitura e da escrita.

De acordo com Soares (2006), o conceito de letramento surgiu nas últimas décadas como forma de diferenciar a mera aprendizagem do código escrito – tradicionalmente vinculada ao processo de alfabetização – das práticas sociais que envolvem o uso da leitura e da escrita em diferentes contextos. Nessa perspectiva, o letramento não se limita ao momento em que o indivíduo aprende a ler e escrever, "podendo se iniciar antes da alfabetização formal e se prolongar ao longo de toda a vida, na medida em que os sujeitos interagem com múltiplos suportes e gêneros textuais" (Almeida, 2010, p. 21), como conjectura em *Alfabetização: fundamentos, processos e métodos*.

No cenário brasileiro, o termo começou a ganhar espaço a partir da década de 1980, especialmente após a publicação da obra *No mundo da escrita: uma perspectiva psicolinguística*, de Mary Kato (1986), considerada uma das primeiras a empregar o vocábulo em língua portuguesa (Almeida, 2010). A origem do termo está na tradução da palavra inglesa *literacy*, derivada do latim *littera* (letra), indicando a condição daquele que domina a leitura e a escrita (Soares, 2006).

Dessa forma, o letramento pode ser compreendido como o processo que ultrapassa a alfabetização e envolve a capacidade de interpretar, produzir e atribuir sentido a diferentes textos, em variadas situações de uso social da língua. Para Almeida (2010, p. 12), trata-se do "conjunto necessário de conhecimentos, atitudes e capacidades para usar a língua em práticas sociais". Assim, ser letrado implica não apenas saber decodificar palavras, mas ser capaz de produzir textos coerentes, adequados e significativos, em consonância com os contextos sociais nos quais se está inserido.

Letramento Literário

O letramento favorece não apenas a aquisição de habilidades de leitura e escrita, mas também avanços cognitivos, sociais e políticos. Rojo (1998, p. 46) reforça que o sujeito letrado não se limita "ao ato de ler e escrever", mas utiliza a leitura e a escrita como instrumentos de desenvolvimento crítico e de ampliação do repertório linguístico.

A literatura é uma forma de letramento que tem o papel na formação do indivíduo, sendo assim, convocamos para a discussão o conceito de letramento literário, discutido por Cosson (2009, p.23), pois ele reforça a ideia de que a leitura de textos literários na escola deve ultrapassar a simples decodificação, estimulando a "apropriação estética e reflexiva da literatura". Nesse sentido, o letramento literário não se limita ao ato de compreender palavras, mas se configura como uma experiência que possibilita ao leitor estabelecer diálogos com o texto, atribuir novos significados e relacionar a obra com sua própria vivência. A literatura, ao ser trabalhada como prática social, amplia horizontes culturais, desperta a sensibilidade e promove a construção de uma consciência crítica, permitindo que o estudante não apenas leia, mas também se reconheça e se transforme por meio da leitura.

As práticas de leitura, contudo, são permeadas pela subjetividade, variando conforme as experiências individuais. Nessa perspectiva, é preciso destacar que o contato com a literatura pode despertar prazer e desafio, uma vez que os textos literários, ao mesmo tempo em que apresentam obstáculos, também instigam a curiosidade e o fascínio do leitor.

Quanto maior a convivência de um indivíduo com diferentes materiais escritos jornais, revistas, bulas, receitas ou livros, mais amplo tende a ser seu nível de letramento. Esse processo é mediado pelo meio social em que o sujeito vive, defendido por freire:

> A leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele. Linguagem e realidade se prendem dinamicamente. A compreensão do texto a ser alcançada por sua leitura crítica implica a percepção das relações entre o texto e o contexto (Freire, 1989, p. 9).

A perspectiva de freire, evidencia que o letramento não é apenas uma habilidade técnica, mas um fenômeno social que se constrói nas interações e na circulação de discursos, ampliando as possibilidades de participação ativa do indivíduo na sociedade. Nas contribuições teóricas sobre alfabetização e letramento o foco é a relação do sujeito com o meio, o que destaca a importância de se fortalecer

os ambientes de formação, de base, desse sujeito, de modo que é preciso considerar a biblioteca escolar como espaço de cultura, por vezes, o único acessado pelo alunado da rede pública do país, e principalmente da área mais periféricas, das cidades.

A linguagem e a realidade se entrelaçam de forma dinâmica, e a leitura crítica do texto exige uma análise dessa interação:

> [...] a biblioteca popular, como centro cultural e não como um depósito silencioso de livros, é vista como fator fundamental para o aperfeiçoamento e a intensificação de uma forma correta de ler o texto em relação com o contexto. Daí a necessidade que tem uma biblioteca popular centrada nesta linha se estimular a criação de horas de trabalho em grupo, em que se façam verdadeiros seminários de leitura, ora buscando o adentramento crítico no texto, procurando apreender a sua significação mais profunda, ora propondo aos leitores uma experiência estética, de que a linguagem popular é intensamente rica (Freire, 1989, p. 20).

Nesse sentido, a biblioteca deixa de ser um espaço de silêncio e se transforma em lugar de encontro, diálogo e formação cidadã, cumprindo plenamente sua função social e educativa. Torna-se não só um apoio ao currículo, mas um núcleo irradiador de cultura, leitura e transformação. O autor alertava para a necessidade de que a leitura se conecte à realidade dos estudantes, sendo compreendida como prática libertadora.

Sob essa ótica, a biblioteca escolar deixa de ser um mero luxo arquitetônico e passa a ser o ponto zero da democratização cultural, funcionando como o primeiro ponto de contato real, físico e afetivo da criança com o livro. No entanto, para que esse primeiro encontro não dependa do acaso ou do privilégio, a transformação da biblioteca em um ambiente pulsante e acessível exige o suporte de políticas públicas estruturadas, capazes de converter o direito à literatura Candido (2011), em uma realidade cotidiana nas instituições públicas.

POLÍTICAS PÚBLICAS E BIBLIOTECA ESCOLAR

A Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003, no seu Capítulo I, assegura ao cidadão o pleno exercício do direito de acesso e uso do livro como meio principal e insubstituível de difusão da cultura e transmissão do conhecimento (Brasil, 2003). A legislação determina esse direito. Porém, terminado o prazo de 10 anos, o que mais temos são escolas com bibliotecas depósitos. O acesso ao livro no Brasil não ocorre de forma gradativa, considerando que se trata de um país de grande extensão geográfica, com diferentes realidades socioeconômicas e de políticas públicas de má qualidade.

No Brasil, temos o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), executado pelo FNDE, do Ministério da Educação, que garante livros de literatura

diretamente na escola. As escolas públicas de todo o país cadastram-se no site e recebem livros de literatura conforme disponibilizado pela curadoria, atendendo faixas etárias/ano escolar diferentes. A escolha das literaturas com temáticas relevantes dá-se por meio de editais regulares.

É nesse contexto que também se insere a Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010 que dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País e estabelece que todas as instituições de ensino, públicas e privadas, devem contar com bibliotecas escolares, com o objetivo de garantir o acesso ao livro e à leitura como um direito fundamental (Brasil, 2010). Apesar da iniciativa parlamentar, a realidade anda longe de cumprir a previsão legal.

O estudo técnico intitulado Bibliotecas Escolares no Brasil: uma análise da aplicação da Lei nº 12.244/2010, elaborado por Ricardo Oriá, consultor legislativo da Câmara dos Deputados, e publicado em julho de 2017, apresenta uma reflexão crítica sobre os avanços e desafios relacionados à implementação da referida lei. O autor afirma:

> Em que pese a iniciativa parlamentar, a referida Lei traz algumas lacunas e problemas de operacionalização. Na verdade, ao instituir a obrigatoriedade desse equipamento na escola, não trouxe dispositivos que garantam seu efetivo cumprimento. Ela não determinou, por exemplo, qual ente federativo seria responsável pela implantação de bibliotecas nas escolas e com que recursos orçamentários. Fala-se apenas de "sistemas de ensino", mas não se estabelece as obrigações, de forma pactuada, entre os municípios, os estados e a União na universalização das bibliotecas escolares. Não trouxe nenhuma penalidade ou sanção ao descumprimento da lei, fazendo com que, passados sete anos, ainda tenhamos muitas escolas desprovidas de biblioteca. E o mais sério: contribuindo para aquele velho jargão popular que diz que a referida Lei se tornou, de certa forma, "letra-morta" (Oriá, 2017, p.13-14).

Os apontamentos mostram que sua formulação apresenta lacunas significativas que comprometem sua efetiva aplicação. No caso da Lei nº 12.244/2010, a ausência de mecanismos de fiscalização, de definição clara de responsabilidades entre os entes federativos e de penalidades pelo descumprimento resultou em graves entraves para sua implementação, tornando-a, para muitas redes de ensino, apenas uma obrigação simbólica, que é quase que totalmente ignorada.

Em 08 de abril de 2024, a legislação foi atualizada pela Lei nº 14.837 que modifica e amplia a definição de biblioteca escolar, além de criar o Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares (SNBE). Entre as suas funções básicas está a de implementar uma política de acervo para as bibliotecas escolares que contemple ações de ampliação, guarda, preservação, organização e funcionamento, além de promover a

melhoria do funcionamento da atual rede de bibliotecas escolares, de modo que atuem como centros de ação cultural e educacional permanente (Brasil, 2024).

Essa atualização representa um avanço conceitual importante, pois apresenta um grande potencial para transformar as bibliotecas escolares em espaços mais dinâmicos e integrados ao processo de ensino-aprendizagem.

Todavia, é essencial destacar que a presença física de uma biblioteca na escola, por si só, não garante sua efetiva utilização como espaço pedagógico. Nesse sentido, Oriá (2017, p. 14) já advertia que a simples existência da biblioteca "não garante a utilização ideal deste espaço como agente transformador na educação". Visto que em diversas instituições de ensino, mesmo quando há uma estrutura disponível se observa um uso limitado ou inadequado desse ambiente. O que se dá, por vezes por falta de profissional competente para atuar no incentivo à leitura, outras vezes por ignorância geral da potência pedagógica e cultural da biblioteca escolar em pleno funcionamento.

Biblioteca Escolar como Espaço de Letramento Literário

A mediação de leitura é uma prática pedagógica essencial para que a biblioteca escolar se transforme em um verdadeiro espaço de letramento literário. Ela consiste em ações planejadas por mediadores professores, bibliotecários ou outros educadores e têm o objetivo de despertar interesse, estimular a curiosidade e fomentar a interpretação crítica de textos. Conforme reafirmam Campello (2015) e Cosson (2009), esse processo permite que os alunos deixem de ser leitores passivos e passem a interagir ativamente com a obra, construindo significados e relacionando-os com suas experiências e contextos sociais. A mediação de leitura é, assim, porta de entrada para a formação leitor que seguirá independente, para além do planejamento de ensino de leitura do professor.

Desse modo, a biblioteca escolar assume a função de ambiente educativo dinâmico, centro de promoção de práticas de leitura diversificadas. As práticas de mediação incluem, entre outras, rodas de leitura, clubes de leitura, oficinas literárias, contação de histórias, análise de obras literárias, discussões sobre temas transversais e atividades que estimulem a reflexão crítica. Rojo (1998) destaca que essas atividades contribuem para a ampliação do repertório linguístico, o desenvolvimento da criatividade, da capacidade de argumentação e do pensamento crítico.

Além de favorecer habilidades cognitivas e linguísticas, a mediação da leitura na biblioteca escolar desempenha um papel social e cultural. Em consonância com Candido (2011), enfatizamos que a literatura é um instrumento de formação de

sujeitos críticos e socialmente conscientes, por isso o acesso ao letramento literário e ao mundo do livro faz-se tão relevante. A mediação da leitura promove a inclusão cultural e democratiza o acesso ao conhecimento, aproximando os estudantes de textos literários de qualidade e ampliando suas oportunidades de aprendizado.

Estudos recentes mostram que bibliotecas escolares bem organizadas, com práticas de mediação sistemáticas, impactam significativamente o desenvolvimento da leitura crítica e da autonomia intelectual dos estudantes (Farias; Britto, 2019). O mediador, nesse contexto, atua como facilitador da experiência literária, orientando a exploração de diferentes gêneros, incentivando a interpretação múltipla dos textos e promovendo atividades que conectam a leitura com a vida cotidiana do aluno.

A biblioteca se correlaciona com o pedagógico, sendo ela um prolongamento da sala de aula, na função de ampliar o universo intelectual e cultural dos estudantes. Em vista disso, Morán (2015) destaca que a eficácia na aplicação das abordagens dinâmicas no ensino depende de uma variedade de elementos, entre os quais sobressaem a colaboração e a participação conjunta dos indivíduos e dos ambientes que integram o contexto escolar. Para o autor, "os desafios bem planejados contribuem para mobilizar as competências desejadas, intelectuais, emocionais, pessoais e comunicacionais" Morán (2015, p. 18), o que reforça a importância de utilizar a biblioteca como um espaço ativo, onde o aluno possa desenvolver tais competências por meio da leitura, pesquisa e experiências colaborativas.

Sendo assim, não se trata apenas de um ambiente destinado ao armazenamento de livros, mas como um laboratório, com a construção do conhecimento através da exploração de diferentes ideias e realidades, como Campello (2012, p.12) destaca:

> [...] a biblioteca é o laboratório que propicia conexão de ideias e construção de conhecimento. É o local onde os estudantes, com o apoio de mediadores competentes, se familiarizam com o aparato informacional e se preparam para serem aprendizes autônomos, aqueles que sabem aprender com independência e, mais que isso, que gostam de aprender (Campello, 2012, p. 12).

Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Minas Gerais (2009) e mestre em Biblioteconomia (1984) pela mesma instituição, Bernadete Campello, com ampla experiência na área de Biblioteconomia e na formação de bibliotecários, parte do princípio de que a biblioteca escolar é um elemento estratégico para a melhoria do nível educacional, devido ao seu potencial impacto no letramento, no desenvolvimento da competência informacional dos alunos e no apoio ao processo de ensino e aprendizagem, Campello (2017).

Visto que a biblioteca escolar é, essencialmente, um espaço pedagógico, faz-se necessário que haja articulação entre os profissionais da comunidade escolar para garantir seu uso adequado. Isso implica a atuação de pessoas preparadas e comprometidas com sua função. Porém, como afirma Campello (2015):

> Os responsáveis pela biblioteca são, na sua maioria, professores, o que a primeira vista pode ser considerado um ponto positivo dada a possibilidade de, contando-se com esse profissional, se desenvolver projetos pedagógicos na biblioteca. Entretanto, há diversos aspectos negativos: são geralmente professores readaptados, sem treinamento específico para a função, ou então dividem seu tempo na biblioteca com outra função na escola. Também é esse professor que, quando falta algum docente, assume a regência da turma, ficando a biblioteca fechada nessas ocasiões (Campello, 2015, p. 05).

Dessa forma, implica-se que a ausência de um profissional especializado para assumir a responsabilidade pela biblioteca escolar acarreta uma série de consequências que comprometem sua função pedagógica e formadora. Sem alguém qualificado para organizar, mediar e dinamizar o acervo, muitas bibliotecas acabam sendo desativadas ou passam a funcionar de forma extremamente limitada, com horários restritos e serviços precarizados.

Assim, como estabelecido pela lei, a garantia do acesso à literatura e à Biblioteca Escolar emerge como um direito básico, discutido por Candido (2011). O autor argumenta que a experiência literária contribui não apenas para a ampliação do repertório cultural, mas também para a formação de sujeitos capazes de compreender e transformar a realidade social. Para construir uma sociedade mais justa e democrática há a necessidade de superar barreiras que segregam a cultura popular da erudita e, assim, garantir a equidade cultural:

> [...] portanto, a luta pelos direitos humanos abrange a luta por um estado de coisas em que todos Possam ter acesso aos diferentes níveis da cultura. A distinção entre cultura popular e cultura erudita não deve servir para justificar e manter uma separação iníqua, como se do ponto de vista cultural a sociedade fosse dividida em esferas incomunicáveis, dando lugar a dois tipos incomunicáveis de fruidores. Uma sociedade justa pressupõe o respeito dos direitos humanos e a fruição da arte e da literatura em todas as modalidades e em todos os níveis é um direito inalienável (Candido, 2011, p. 191).

Embora a literatura seja reconhecida como ferramenta de formação humana, conforme defende Candido (2011), na prática, o que se vê é a dificuldade de incorporar a leitura literária como parte integrante do cotidiano pedagógico. Muitas escolas tratam a leitura como obrigação curricular, sem considerar seu potencial para formar sujeitos críticos e sensíveis.

Sob essa perspectiva de construção do conhecimento, através da recepção do texto literário articulado com a realidade, podemos afirmar que o ambiente da

biblioteca proporciona acesso a um nível mais elevado de conhecimento em todas as esferas, permitindo ao estudante o letramento literário ao explorar diferentes mundos e saberes. Esse contato se torna, assim, uma das experiências mais abrangentes e enriquecedoras em sua formação.

Assim sendo, a biblioteca deixa de ser um espaço de silêncio e se transforma em lugar de encontro, diálogo e formação cidadã, cumprindo plenamente sua função social e educativa. Torna-se não só um apoio ao currículo, mas um núcleo irradiador de cultura, leitura e transformação. Candido (2011) alertava para a necessidade de que a leitura se conecte à realidade dos estudantes, sendo compreendida como prática libertadora. Campello (2010) também constata que acervo da biblioteca reflete a proposta de aprendizagem baseada nos textos autênticos e que precisa abrigar a variedade de discursos e seus portadores, mantendo-se atualizado e dinâmico, acompanhando a produção acelerada dos recursos informacionais na atualidade. No entanto, com a sua ausência e subutilização, a mediação se esvazia:

> Uma boa biblioteca possui coleção selecionada em função dos interesses da comunidade a que serve. Não é um amontoado de livros recebidos por doação ou enviados por órgãos governamentais que, embora com a melhor das intenções, não conhecem a fundo as necessidades da escola. Ela deve ser organizada de forma a permitir que o livro ou material certo seja encontrado com facilidade e rapidez (Campello, 2010, p. 15).

Nesse sentido, entendemos a biblioteca escolar pode e deve atuar como um espaço de articulação entre culturas, saberes e práticas, contribuindo para uma educação crítica. Ao selecionar e organizar seu acervo a partir das demandas reais da comunidade, ela deixa de ser apenas um local de guarda de livros e passa a ser um espaço vivo, onde o estudante se reconhece, acessa diferentes visões de mundo e constrói autonomia leitora.

A educadora Magda Soares, reconhecida como uma das maiores especialistas em letramento do Brasil, afirma que a escola deve "propor-lhe um bidialetalismo não para sua adaptação, mas para a transformação de suas condições de marginalidade" (Soares, 2017, p. 122).

Por isso, o letramento literário nas escolas não ocorre de forma espontânea, pois ele exige planejamento, intencionalidade e práticas constantes que envolvam leitura compartilhada, discussão e vínculo afetivo com os textos. Não basta garantir o acesso ao livro; é preciso mediar o encontro entre o leitor e a obra, considerando a linguagem que o aluno traz de sua comunidade e, ao mesmo tempo, ampliando seu repertório com a norma de prestígio, não para negar sua identidade, mas para instrumentalizá-lo a transitar entre diferentes contextos sociais e culturais.

Reconhecer o valor da biblioteca escolar como uma das principais agências de letramento, ao defender que não basta alfabetizar, é preciso garantir condições materiais para que o uso social da leitura e da escrita se efetive. Quando a escola assume essa perspectiva transformadora, a biblioteca e a sala de aula deixam de reproduzir desigualdades e passam a oferecer condições efetivas para que o estudante use a leitura e a escrita como ferramentas de participação social e crítica da realidade.

PROJETO LEITURAÇÃO

O projeto de extensão *LeiturAção: extensão de letramento literário da base de Bibliotecas Escolares a oficinas de literatura* foi desenvolvido com o objetivo de incentivar a leitura literária e promover o acesso ao livro de literatura e à biblioteca escolar como um direito fundamental. A proposta teve como objetivo geral promover a formação de leitores literários críticos e competentes, tendo como objetivos específicos estruturar a biblioteca escolar, incentivar a leitura literária e o ensino de literatura e colaborar para a garantia do direito de acesso à biblioteca escolar. Para isso como plano de trabalho, foram previstas ações de organização do espaço, divisão do acervo por gêneros, catalogação e registro dos livros, além da realização de oficinas e rodas de leitura com obras da literatura infanto-juvenil.

A ação foi realizada entre o segundo semestre de 2024 e o primeiro semestre de 2025, em uma escola pública estadual de Ensino Fundamental II, por meio do Programa Institucional de Bolsas de Extensão (PIBIEX) pela universidade estadual do Tocantins (Unitins). Envolveu uma equipe de **cinco integrantes,** composta por uma aluna bolsista, três alunas voluntárias e a professora orientadora[4]. O trabalho foi desenvolvido de maneira colaborativa, com dedicação às atividades práticas de organização da biblioteca e, paralelamente, às atividades de estudo, leitura e fichamento relacionadas aos fundamentos teóricos do projeto.

Inicialmente, foram realizadas visitas e ações de acompanhamento do espaço da biblioteca, buscando compreender suas condições de funcionamento e as necessidades para sua reorganização. O espaço estava tomado por livros didáticos vencidos, havia falta de materiais e a bibliotecária responsável encontrava-se em desvio de função e posteriormente afastada.

[4] A professora orientadora do projeto *LeiturAção* trabalha estruturando bibliotecas escolares de uma Rede Municipal de Ensino, desde 2021. As pesquisas de que resultam essa extensão mostram que, além de falta de política pública com mais eficácia, com plano de implementação de biblioteca escolar, há uma ausência quase absoluta de consciência daqueles que fazem educação na base escolar, da importância do letramento literário como fundamento de todo o processo de educação de uma criança.

Diante desde cenário, demos início ao processo de catalogação do acervo que envolveu etapas detalhadas, divididas entre catalogação [5] interna e externa. Na catalogação dos livros foi realizada em etapas, com o objetivo de organizar o acervo e facilitar sua identificação e acesso. Inicialmente, foi realizada a catalogação interna, utilizando os dados presentes na ficha catalográfica de cada obra, como o número de chamada correspondente à Classificação Decimal de Dewey (CDD) ou à Classificação Decimal Universal (CDU), as iniciais do sobrenome do autor, as iniciais do título do livro e o número do exemplar, indicando a quantidade de exemplares disponíveis. Em seguida, foi realizada a catalogação externa, com a colocação de etiquetas contendo essas informações e a utilização de uma fita adesiva fina e colorida, conforme a classificação dos gêneros de ficção ou dos livros de estudo e pesquisa. Os gêneros literários foram organizados e identificados por cores para facilitar a classificação e o acesso ao acervo. Por fim, as etiquetas branca e colorida foram protegidas com uma fita adesiva larga e transparente, garantindo maior durabilidade das identificações e contribuindo para a conservação dos livros. Os gêneros foram organizados e codificados da seguinte forma: romance clássico – verde escuro; romance juvenil – vermelho; literatura infantojuvenil – verde claro; literatura infantil – laranja; conto e crônica – amarelo; peça de teatro – azul escuro; poema – preto; histórias em quadrinhos – cinza; biografia – roxo; livros religiosos – branco; pesquisa – rosa claro. Ao final do processo, o acervo contava com 4.614 livros catalogados. Adotamos a legenda de cores para facilitar a organização do acervo, uma vez que há muita rotatividade de pessoal nas bibliotecas das escolas, e para direcionar o acesso dos leitores àquilo que pretendem ler.

[5] O processo de catalogação foi realizado integralmente de forma manual, envolvendo a conferência das informações de cada obra, aplicação das etiquetas, a identificação dos gêneros por cores e a proteção das etiquetas. Por se tratar de um acervo extenso, o procedimento demandou tempo significativo e trabalho contínuo, tornando-se uma das etapas mais demoradas do processo de organização da biblioteca.

Figura 1: legenda de cores.



Fonte: acervo próprio, 2025.

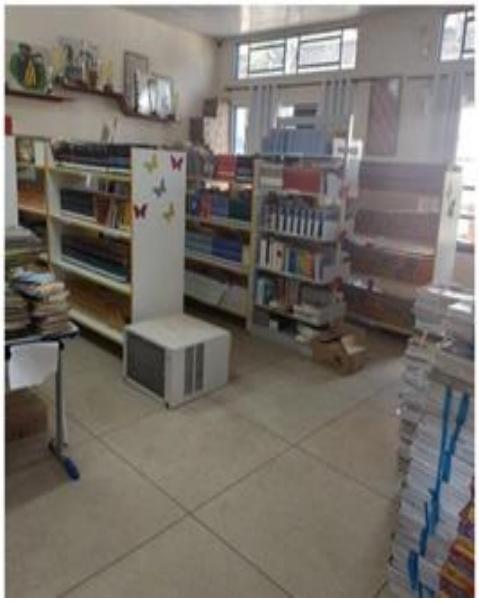
Figura 2: catalogação externa.

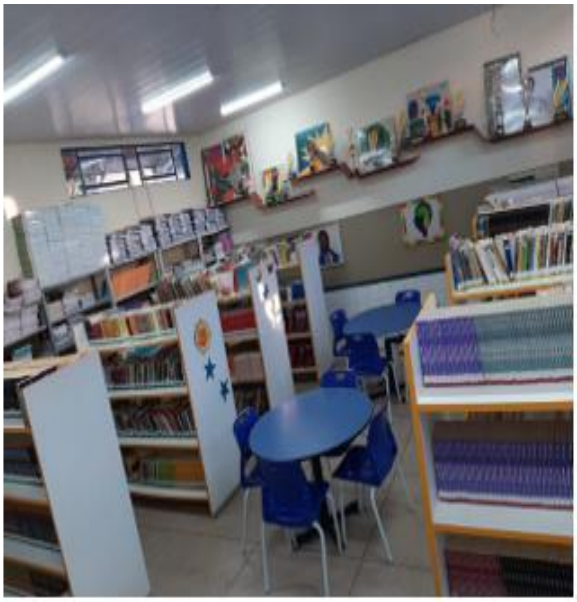


Fonte: acervo próprio, 2025.

Ao final do processo, foram catalogados 4.614 livros. Desse total, o acervo foi composto por 1.319 romances clássicos, 907 romances juvenis, 556 obras de literatura infantojuvenil, 112 obras de literatura infantil, 353 livros de conto e crônica, 210 peças de teatro, 314 livros de poemas, 472 histórias em quadrinhos, 74 biografias, 53 livros religiosos e 244 livros de pesquisa.

Figuras 1 e 2: Sala de Leitura: Antes e Depois.





Fonte: Acervo próprio, 2025.

Posteriormente, uma das principais etapas do projeto consistiu na reorganização física da biblioteca. As prateleiras, anteriormente dispostas de maneira vertical, foram reorganizadas horizontalmente, formando quatro estantes dupla-face de cada lado da sala e deixando livre a região central do espaço. Essa configuração teve como finalidade melhorar a circulação e criar uma área destinada às vivências literárias.

O acervo foi distribuído entre as estantes de acordo com os gêneros literários previamente definidos: Um dos lados passou a abrigar gêneros como romance clássico, literatura infantojuvenil, literatura infantil, histórias em quadrinhos e livros de pesquisa, enquanto o outro lado ficou destinado a romance juvenil, conto e crônica, teatro, poesia, livros religiosos e biografias.

No centro da biblioteca, foram posicionadas mesas redondas com capacidade para acomodar até 24 alunos simultaneamente. Ao fundo do centro da sala, deixamos reservado um espaço destinado ao “Cantinho de Leitura”, a ser organizado pela coordenação escolar. Os cantinhos são propostos como espaço de conforto e aconchego para os momentos de leitura. Nessa ideação, intentamos repensar a sala de leitura como espaço agradável, e de vivências literárias positivas, não de castigo ou depositário de descartes, como costumamos ver.

METODOLOGIA

O trabalho teve abordagem qualitativa, com ênfase na observação da realidade escolar e nas práticas de leitura e acesso ao livro em bibliotecas escolares públicas.

Tratou-se de uma pesquisa de caráter bibliográfico, de campo e com enfoque em pesquisa-ação.

A pesquisa bibliográfica foi essencial para fundamentar teoricamente as discussões, por meio da análise de obras e artigos científicos que tratam da biblioteca escolar, do letramento literário e do direito à leitura. Segundo Gil (2017), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já publicado, constituído principalmente por livros e artigos científicos, permitindo ao pesquisador compreender o que já foi produzido sobre o tema. Além disso, caracterizou-se como pesquisa de campo, por envolver a observação direta do espaço escolar e da biblioteca de uma escola pública municipal de Araguatins, onde foi desenvolvido o projeto de extensão LeiturAção.

Por meio de visitas, registros e intervenções pedagógicas, buscou-se compreender o funcionamento da biblioteca e as práticas de incentivo à leitura. A pesquisa também apresentou cunho de pesquisa-ação, pois atuou sobre a realidade escolar a partir do levantamento das necessidades locais, promovendo ações práticas com o objetivo de intervir e transformar o espaço da biblioteca em um ambiente mais acessível e formativo. Nessa perspectiva, Thiollent (2011) explica que a pesquisa-ação se configura como um tipo de pesquisa social de base empírica, que se articula à resolução de um problema coletivo, na qual pesquisadores e participantes envolvidos na situação atuam de modo cooperativo e participativo.

ANÁLISE E DISCUSSÕES

O Projeto LeiturAção teve como resultado quantitativo, 4.614 livros catalogados**,** organizado por gênero, acompanhada por um sistema de identificação por cores, que facilitou o acesso rápido ao acervo e reduziu a poluição visual. Do ponto de vista qualitativo, a biblioteca passou a oferecer um espaço limpo, estruturado e capaz de receber até 24 alunos simultaneamente. A reorganização física e estética diminuindo a poluição visual para assim, estimular o interesse dos estudantes e transformou o ambiente, antes visto como depósito, em espaço pedagógico.

Entretanto, o objetivo central de realizar as oficinas de leitura literária não foi alcançado. A ausência de apoio institucional, a falta de materiais e a desorganização interna inviabilizaram essa etapa. Embora a instituição tenha confirmado sua participação no projeto e tenham sido solicitados previamente os materiais necessários para a execução das atividades, as demandas não foram atendidas no período previsto, dificultando o desenvolvimento das ações. A experiência revelou um problema estrutural recorrente nas bibliotecas escolares públicas: a subutilização

e o distanciamento do processo pedagógico. A ausência de servidor responsável pela biblioteca e a demora na retirada de livros didáticos vencidos também comprometeram a plena execução das atividades planejadas, evidenciando que a existência de um espaço físico e de um acervo não é suficiente para garantir seu funcionamento como ambiente de leitura, formação e mediação literária.

Assim, o projeto cumpriu parcialmente seus objetivos. Conseguiu estruturar e catalogar o acervo, reorganizar o espaço físico e criar condições para futuras práticas pedagógicas, mas não conseguiu implementar as oficinas de leitura, que eram o núcleo da proposta. Essa realidade confirma diagnósticos já apontados por estudiosos da área e apresentadas nesse artigo: sem infraestrutura adequada, apoio institucional e integração pedagógica, a biblioteca escolar perde sua função formativa e se reduz a mero depósito de livros.

Portanto, o projeto evidencia tanto os avanços possíveis com dedicação e organização quanto os entraves institucionais que limitam o pleno exercício do direito à leitura. Mais do que organizar livros, trata-se de transformar a biblioteca em ambiente vivo de aprendizagem, mediação cultural e formação de leitores críticos e competentes.

CONCLUSÃO

O presente estudo evidencia que a biblioteca escolar constitui um espaço estratégico para o desenvolvimento do letramento literário e para a formação de leitores críticos e socialmente conscientes. A execução do projeto demonstrou que práticas de mediação de leitura bem planejadas, a presença de bibliotecários qualificados e a integração ao projeto pedagógico são determinantes para transformar a biblioteca em um ambiente pedagógico dinâmico, capaz de estimular a curiosidade, o pensamento crítico e a autonomia dos estudantes.

Apesar dos avanços ainda existem desafios relacionados à infraestrutura, à diversidade do acervo e à implementação efetiva de atividades pedagógicas. Nesse sentido, torna-se essencial investir em políticas públicas, formação de profissionais e metodologias inovadoras que ampliem o acesso à leitura e fortaleçam o papel da biblioteca como laboratório de aprendizagem.

Perspectivas futuras apontam para a incorporação de recursos digitais, atividades interativas e programas de mediação contínuos, que considerem diversidade, inclusão e estímulo à criatividade. Dessa forma, a biblioteca escolar não apenas cumpre sua função legal, mas também se consolida como espaço de

democratização do conhecimento, promoção da cidadania e incentivo ao desenvolvimento integral dos estudantes.

Entretanto, durante o desenvolvimento deste estudo, constatou-se que um dos maiores entraves não se restringe apenas à falta de recursos materiais ou de infraestrutura, mas sobretudo à ausência de uma consciência efetiva, por parte de gestores e professores, acerca da importância estratégica da biblioteca escolar no incentivo à leitura e na formação integral dos estudantes. Em muitos contextos, a biblioteca ainda é vista como espaço secundário, relegado a funções meramente burocráticas ou de guarda de livros, o que compromete sua potencialidade pedagógica e limita a atuação dos profissionais que nela trabalham.

Tal negligência revela um distanciamento entre o discurso e a prática, já que, mesmo diante das exigências legais e dos avanços teóricos sobre mediação de leitura, persiste a falta de compromisso político e pedagógico para integrar a biblioteca de forma orgânica ao cotidiano escolar. Assim, evidencia-se que, além de investimentos estruturais, é urgente uma mudança de mentalidade entre as equipes gestoras, docentes e discentes, para que compreendam a biblioteca não como um acessório, mas como eixo fundamental para a construção de uma escola mais crítica, inclusiva e democrática.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, V. **Alfabetização**: fundamentos, processos e métodos. Curitiba: Fael, 2010.

BRASIL. Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003. Institui a Política Nacional do Livro. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 31 out. 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.753.htm. Acesso em: 20 out. 2026.

BRASIL. Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010. Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do país. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 maio 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12244.htm. Acesso em: 20 out. 2026.

BRASIL. Lei nº 14.837, de 8 de abril de 2024. Altera a Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010, que "dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País", para modificar a definição de biblioteca escolar e criar o Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares (SNBE). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 9 abr. 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/l14837.htm. Acesso em: 20 out. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-em-tempo-integral/arquivos/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal.pdf. Acesso em: 20 out. 2026.

CAMPELLO, B. **Biblioteca escolar**: conhecimentos que sustentam a prática. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

CAMPELLO, B. Biblioteca escolar: espaço de ação pedagógica. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, v. 15, n. 2, p. 320-331, 2010. Disponível em: https://revista.acbsc.org.br/racb. Acesso em: 20 out. 2026.

CAMPELLO, B. S. Bibliotecas escolares e Biblioteconomia escolar no Brasil. **Biblioteca Escolar em Revista**, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 1-25, 2015. DOI: 10.11606/issn.2238-5894.berev.2015.106613. Disponível em: https://revistas.usp.br/berev/article/view/106613. Acesso em: 30 ago. 2025.

CANDIDO, A. O direito à literatura. In: CANDIDO, A. **Vários escritos**. 5. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2011. p. 169-191.

COSSON, R. **Letramento literário**: teoria e prática. São Paulo: Contexto, 2009.

FARIAS, F. R.; BRITTO, L. P. L. A Lei n. 12.244 e sua concepção de biblioteca escolar: uma análise. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, v. 12, n. 3, p. 826-836, 2019. DOI: 10.26512/rici.v12.n3.2019.19155. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/19155. Acesso em: 20 out. 2026.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**. 1. ed. São Paulo: Moderna, 2003.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. 23. ed. São Paulo: Cortez, 1989.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MORÁN, J. Mudando a educação com metodologias ativas. In: SOUZA, C. A. de; MORALES, O. E. T. (orgs.). **Convergências midiáticas, educação e cidadania**: aproximações jovens. v. 2. Ponta Grossa: Foca Foto-PROEX/UEPG, 2015. p. 15-31. Disponível em: https://moran.eca.usp.br/wp-content/uploads/2013/12/mudando_moran.pdf. Acesso em: 30 ago. 2025.

ORIÁ, Ricardo. **Bibliotecas escolares no Brasil**: uma análise da aplicação da Lei nº 12.244/2010. Brasília: Câmara dos Deputados, 2017.

ROJO, R. **Letramento e práticas de leitura e escrita**. São Paulo: Contexto, 1998.

SOARES, M. B. **Letramento**: um tema em três gêneros. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

SOARES, Magda. **Linguagem e Escola**: uma perspectiva social. São Paulo: Editora Contexto, 2017.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.